

## POLITIZANDO A LIMPEZA E O CUIDADO A PARTIR DO FEMINISMO DECOLONIAL

---

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. Tradução de Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo. Ubu Editora, São Paulo, 2020. 144p.

**Amanda Melo<sup>1</sup>**

A pandemia que se instaurou globalmente em decorrência da COVID-19 torna a leitura deste pequeno e provocativo ensaio ainda mais marcante. A indústria da limpeza e o lugar predominante de mulheres racializadas<sup>2</sup> neste setor é o ponto de partida da reflexão de Françoise Vergès em *Um feminismo decolonial* (2020). Cientista política e historiadora francesa, autora de vários livros sobre feminismo, escravidão e decolonialidade, Vergès escreve um manifesto pela luta feminista decolonial que contesta a atual economia política do trabalho e a forma como o feminismo “liberal” e “civilizatório” – burguês, branco e a serviço do capitalismo – tomou o lugar dos movimentos revolucionários de libertação das mulheres.

O que Vergès busca retomar com sua investigação é o caráter revolucionário da reflexão feminista, a partir de uma abordagem que integra a luta antipatriarcal, antirracista, anticapitalista e anticolonial. Para Vergès, trata-se de adotar um feminismo decolonial, conceito que pode parecer de difícil compreensão à primeira vista porque é frequentemente confundido com a noção de interseccionalidade, teorizada por Kimberlé Crenshaw (1989). Vergès coloca a especificidade do feminismo decolonial como atrelada a uma história milenar de lutas anticoloniais: “não se trata, portanto, de uma nova onda do feminismo, e sim da continuação das lutas de emancipação das mulheres do Sul global” (VERGÈS, 2020, p. 42).

No prefácio da edição brasileira, publicada em 2020 pela Ubu Editora, Vergès afirma que escreveu o livro para mostrar como o trabalho de cuidado e



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

---

1 Mestre em Filosofia, Universidade Federal do ABC, Brasil. E-mail: amandasdmelo@gmail.com. Orcid: 0000-0002-9318-4173

2 Flávia Rios (2020), no prefácio, esclarece que o termo “racialização” não pode ser traduzido como pessoas negras, tal como acontece nas Américas e no Brasil. Isso porque Vergès busca considerar, ao se referir a mulheres racializadas, aquelas mulheres entendidas como não brancas e não ocidentais que vivem na Europa e nos Estados Unidos, na situação de imigrantes ou refugiadas.

limpeza tem sido indispensável para a manutenção da “modernidade ocidental” (VERGÈS, 2020, p. 6). Para a autora, “todos os dias, em todo lugar, milhares de mulheres negras, racializadas, ‘abrem’ a cidade” (VERGÈS, 2020, p. 12), desempenhando um trabalho perigoso e prejudicial à própria saúde, lidam com cargas pesadas e manipulam componentes tóxicos, viajam por horas em ônibus e trens lotados, atravessando as cidades para trabalhar, enquanto seus familiares e vizinhos devem permanecer dentro de suas residências para não correrem o risco de serem mortos pela polícia do estado ou privada.

Vergès aponta que a pandemia da COVID-19 tornou ainda mais visível a profunda desigualdade entre vidas protegidas e vidas vulneráveis. Há uma divisão entre confinados e não confinados, sendo estes últimos os que garantem a vida dos primeiros, por meio do seu trabalho “essencial”. Tais pessoas trabalham em condições precárias, muitas vezes sem equipamentos de proteção, máscaras e luvas adequadas. Assim, milhares de pessoas são “abandonadas” pelo governo, que os acusa de não respeitarem as regras de distanciamento social, como se “os/as refugiados/as, os/as pobres tivessem as mesmas condições de vida, o mesmo acesso à informação que os/as burgueses” (VERGÈS, 2020, p. 15). Para a autora, o confinamento é apenas mais um exemplo de uma forma de organização do mundo fundada sob a exploração e a fabricação de vidas supérfluas. Assim, a análise feminista decolonial da gestão da pandemia dialoga em muito com a análise proposta em seu livro, uma vez que a limpeza e o cuidado permanecem “indispensáveis para o funcionamento do mundo médico” (VERGÈS, 2020, p. 42).

No texto que introduz a primeira parte da obra, “Invisíveis, elas ‘abrem a cidade””, Vergès articula dois eventos ocorridos em janeiro de 2018: primeiro, após 45 dias de greve, as funcionárias da empresa de limpeza terceirada Onet ganharam o processo contra seu empregador; e, segundo, a publicação que ganhou as capas dos jornais daquele mês foi um editorial assinado por um grupo de mulheres defendendo a “liberdade dos homens de importunar”, denunciando o “ódio aos homens” pregado pelo feminismo em movimentos como o “#MeToo”. Conforme Vergès, não é de se surpreender que essas mulheres tenham tempo para discutir a legitimidade de tais pautas, uma vez que “a vida confortável das mulheres burguesas em todo o mundo é possibilitada pelo trabalho de mulheres racializadas e exploradas, limpando suas casas, cuidando de seus filhos, maridos, irmãos e companheiros” (VERGÈS, 2020, p. 18).

Para a autora, essa divisão de trabalho entre mulheres está intimamente ligada à divisão Norte/Sul e, embora não questione que os homens também

sejam afetados por essas divisões, Vergès defende sua escolha de focar no papel das mulheres e na necessidade de uma reflexão crítica multidimensional sobre o patriarcado, o Estado e o capitalismo. Como esse trabalho invisível, marcado pelo gênero e raça, mal pago e também subqualificado é frequentemente ignorado pelo “feminismo europeu” (civilizatório), que se assegura de ter se libertado das ideologias escravagistas e coloniais, sua argumentação vai no sentido de que esse feminismo permanece a serviço dessas ideologias em versões atualizadas no século XXI. Vergès dá exemplos de como, nas recentes discussões sobre imigração que dominaram a Europa, havia, por parte de um feminismo, uma legitimação da divisão entre sociedades abertas à igualdade (europeias) e sociedades hostis à igualdade, especialmente muçulmanas (VERGÈS, 2020, p. 73). Tal feminismo, frequentemente, se coloca como “salvador” das mulheres muçulmanas e do Sul em geral, silenciando as vozes dessas mulheres. Esse cenário justifica o apelo de Vergès por “um feminismo à escuta dos combates das mulheres mais exploradas, das empregadas domésticas, das profissionais do sexo, das *queer*, das trans, das migrantes, das refugiadas e daquelas para quem o termo ‘mulher’ designa uma posição social e política, não estritamente biológica” (VERGÈS, 2020, p. 13).

Na seção “Definir um campo: O feminismo colonial”, Vergès lança uma reflexão sobre sua própria trajetória política e sua rejeição inicial ao termo “feminismo”. A autora afirma a necessidade de recuperar este conceito em um momento em que é monopolizado por um “feminismo civilizatório”. Grande parte do feminismo ocidental, escreve Vergès, se acomodou à missão civilizadora do colonialismo no século XIX, notadamente por meio das reivindicações de escolaridade para as mulheres. No século XX, a autora afirma que essas relações foram reformuladas em termos da noção de “empoderamento” e de “direitos das mulheres” (VERGÈS, 2020, p. 32). Todavia, enfatiza que o esforço das organizações internacionais e governos ocidentais na construção de um feminismo institucionalizado, a partir dos anos 1970, buscou tomar o lugar dos movimentos revolucionários de libertação das mulheres.

Nas páginas seguintes, Vergès mostra como a retórica feminista foi sendo “suavizada” e integrada à ideologia da classe dominante. A recuperação das reivindicações feministas pelo poder vigente leva a um fenômeno que ela chama de “pacificação”, que consiste em tornar a figura de ativistas uma espécie de mercadoria a serem expostas em séries televisivas, filmes e artigos, isolando-as do contexto violento de suas lutas. A autora reconhece a importância dessas figuras para meninas, entretanto, afirma que

“a difusão massiva pelas novas mídias de histórias individuais perpetua a ilusão de que qualquer uma pode realizar seu sonho, basta não ter medo de contestar certas normas” (VERGÈS, 2020, p. 60). São narrativas que frequentemente não mostram a coragem necessária e o esforço cotidiano e de organização coletiva exercidos na luta contra a opressão estrutural. Essa reescrita da história é extremamente problemática e leva as ativistas feministas a não pleitearem a inclusão de todos na narrativa principal, mas apenas a difusão de suas próprias histórias (VERGÈS, 2020, p. 65).

Vergès denuncia como a “pacificação” permite que os governos se oponham às novas reivindicações dos movimentos sociais. Surgem padrões de respeitabilidade com o objetivo de conter a raiva e torná-la indigna, assim, criam-se “sujeitos dignos de se defender e de ser defendidos” (VERGÈS, 2020, p. 89). A autora adverte contra a facilidade com que o sistema capitalista dominante aglutina os novos ativismos a fim de esvaziar seu sentido e retirar o potencial de ameaça que eles representam. Vergès mostra, ainda, como o Banco Mundial usa o discurso do empoderamento feminino para controlar os direitos reprodutivos das mulheres (VERGÈS, 2020, p. 58).

Na segunda parte da obra, Vergès aborda os debates em 1989 sobre os véus das mulheres islâmicas e destaca o papel dos movimentos de libertação das mulheres na década de 1970 que evocaram a emancipação das mulheres muçulmanas e a denúncia do autoritarismo religioso, sem menosprezar a religião como tal. Após a queda do Muro de Berlim, essas reivindicações foram caricaturadas e reduzidas a críticas à religião e defesa do secularismo. A autora mostra a necessidade de lutar contra o que chama de “femi-imperialismo”, isto é, a maneira como as reivindicações feministas se tornaram armas ideológicas ao transformar os direitos das mulheres em uma ideologia de assimilação e de integração à ordem neoliberal. Em suas palavras,

As décadas de 1970-1990 veem, então, o desenvolvimento de ofensivas cujo objetivo é combater e enfraquecer os feminismos de política decolonial. O feminismo deve permanecer sensato, não mais ser comparado às “militudas”, “históricas”, “anti-homens”, “sapatões” e “malcomidas” dos anos 1970. A ancoragem na Europa do “verdadeiro” feminismo e dos direitos das mulheres é reafirmada em inúmeras ocasiões, e a hostilidade aos/às muçulmanos/as e aos/às migrantes oferece a esse feminismo uma oportunidade de manifestar sua adesão aos valores europeus. (VERGÈS, 2020, p. 61).

Segundo Vergès, a aliança do feminismo com o secularismo seguiu uma direção colonialista no território francês. Tratava-se de emancipar

as jovens muçulmanas da cultura patriarcal de seus pais, irmãos e maridos e, portanto, promover sua integração à cultura ocidental, isolando-as de família e comunidade. Ela situa esse desenvolvimento em um contexto que coincide com o aumento do emprego de mulheres em cargos gerenciais e executivos e uma expansão massiva de empregos de serviços historicamente domésticos (cozinha, cuidados com crianças, limpeza), que foram assumidos em grande parte pela chegada dessa força trabalho feminina – mulheres racializadas – historicamente desvalorizada (VERGÈS, 2020, p. 78). À luz do desenvolvimento dos processos migratórios mais recentes na França, a autora analisa o ressurgimento de um discurso autoprotelado feminista e islamofóbico: a lei de 2004 que proibia o véu islâmico nas escolas, os acontecimentos na estação central de Colônia em 2015, a polêmica em torno do *burkini* em 2016. Junto com Farris (2017), Vergès concebe como “femonacionalismo” a exploração de temas feministas por nacionalistas e neoliberais islamofóbicos, que corrobora com a estigmatização e discriminação do povo islâmico.

Vergès (2020, p. 95) aponta ainda para duas formas de patriarcado que se opõem na cena mundial: na primeira, as pessoas se dizem abertas, apoiam o multiculturalismo e afirmam respeitar os direitos das mulheres e LGBTQIA+, mas isso implica a integração dessas à economia neoliberal. O outro patriarcado, por sua vez, “neofascista e masculinista”, combate os direitos conquistados pelas mulheres e defende um retrocesso completo. Nesse sentido, não basta afirmar um compromisso contra o patriarcado da maneira tradicional; é necessário afirmar um duplo compromisso: tanto feminista quanto decolonial.

Nas páginas finais do livro, Vergès retorna ao seu ponto de partida: a indústria da limpeza e o lugar predominante das mulheres racializadas neste setor historicamente desvalorizado. Ela discute os conceitos tradicionais da literatura feminista materialista de politizar o cuidado, expondo como “a segregação do mundo se dá em uma divisão entre limpeza e sujeira baseada numa divisão racial do espaço urbano e da moradia” (VERGÈS, 2020, p. 102). Para finalizar, valendo-se da história de lutas – e vitórias – das mulheres nesse setor tanto no Norte quanto no Sul global, ela instiga um retorno a um feminismo que carrega consigo as sementes de uma transformação radical da sociedade.

Diante dessas formulações, resalto a riqueza com que tal ensaio aborda vários temas, sua própria definição de feminismo decolonial, o papel

das feministas na luta antirracista e anticolonial, a relação que a França tem com seu passado e presente colonialista etc. Vergès incorpora inúmeras referências, como Frantz Fanon, Audre Lorde, Angela Davis, Sanité Belair, María Lugones e Oyèrónke Oyěwùmí, em seu esforço de repensar os feminismos e suas condições, possibilidades e objetivos. Embora Vergès defina o feminismo decolonial em oposição ao civilizatório, não se deve entender, com isso, uma negação do pensamento e da política feminista, mas sim a incitação para que novas dinâmicas sejam formadas buscando superar os pontos cegos do feminismo civilizatório. Na verdade, mesmo no interior do feminismo “branco” existe uma infinidade de posicionamentos políticos e divisões, com muitas divergências de opiniões. O percurso de Vergès revela, sobretudo, que a história das mulheres não é homogênea, e sim repleta de lutas por espaço e poder.

No contexto de pandemia mundial e, em especial, no contexto brasileiro, encontram-se enormes similaridades com a forma como Vergès narra o lugar dos membros “invisíveis” das sociedades e a natureza essencial do trabalho que eles realizam todos os dias: de limpeza e cuidado. O relato de que a maior parte desse trabalho é feito por mulheres, em sua maioria racializadas, junto com as consequências políticas resultantes dessa economia política do trabalho, é uma das notáveis contribuições desse livro.

## Referências

CRENSHAW, K. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. **The University of Chicago Legal Forum**, Chicago, n. 140, p. 139167, 1989.

FARRIS, S. **In the name of women’s rights: the rise of femonationalism**. Durham: Duke University Press, 2017.

RIOS, F. Por um feminismo radical. In: VERGÈS, F. **Um feminismo decolonial**. São Paulo: Ubu, 2020. p. 47.

VERGÈS, F. **Um feminismo decolonial**. São Paulo: Ubu, 2020.

Recebido em 30 de março de 2021.

Aprovado em 11 de julho de 2021.